Tribunal de Contas do Estado do Pará

ACÓRDÃO Nº. 57.480

(Processo nº 2012/52458-1)

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio ASIPAG nº 373/2008

Responsável/Interessada: SOCORRO CÉLIA BARBOSA DO NASCIMENTO e ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO DOS MORADORES DE CAPANEMA

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS.

EMENTA:

TOMADA DE CONTAS. CONVÊNIO. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. GRAVE INFRAÇÃO À NORMA LEGAL. DANO AO ERÁRIO. DESFALQUE, DESVIO DE DINHEIRO, BENS OU VALORES PÚBLICOS. CONTAS IRREGULARES. GLOSA DE VALORES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. APLICAÇÃO DE MULTAS.

1. Omissão no dever de prestar conta impede a aferição objetiva e técnica quanto à correta aplicação dos recursos transferidos para a execução do convênio, acarretando o julgamento pela irregularidade com a imputação de débito ao responsável e aplicação de multas regimentais;

2. Na hipótese em que os responsáveis forem omissos no dever de prestar contas, é imperativo o julgamento pela irregularidade e a condenação, de forma solidária, da pessoa jurídica de direito privado e do seu administrador, ao ressarcimento da integridade dos valores transferidos, haja vista a presunção legal de débito pelo dano ao erário decorrente dessa omissão.

3. O dano ao erário, decorrente de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos acarreta a obrigação do responsável de, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovar, perante o Tribunal, que recolheu aos cofres públicos estaduais a quantia correspondente ao débito que lhes tiver sido imputado, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora.

3. Quando o responsável for julgado em débito, o Tribunal poderá aplicar multa de até cem por cento do valor atualizado do dano causado ao erário estadual.

4. O não encaminhamento das contas no prazo legal acarreta aplicação de multa regimental.

Relatório do Exmº Sr. Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS:

PROCESSO: 2012/52458-1
ASSUNTO: Tomada de Contas - Conv. Asipag nº 373/2008
VALOR: R\$ 30.000,00
VALOR ASIPAG: R\$ 30.000,00
CONTRAPARTIDA: Nihil
OBJETO: Projeto “Capacitação em Educação em Saúde”
CONCEDENTE: Ação Social Integrada ao Palácio do Governo - Asipag
RESPONSÁVEL: Pio X Sampaio Leite (CPF: 004.230.448-26)
CONVENENTE: Associação de Produção dos Moradores de Capanema (CNPJ: 07.858.788/0001-10)
RESPONSÁVEL: Socorro Célia Barbosa do Nascimento (CPF: 166.397.312-15)

1. Tratam os presentes autos da tomada de contas da Associação de Produção dos Moradores de Capanema, de responsabilidade da Sra. Socorro Célia Barbosa do Nascimento,

Tribunal de Contas do Estado do Pará

em sede do Conv. Asipag nº 373/2008, celebrado com a Ação Social Integrada ao Palácio do Governo - Asipag, para a execução do projeto “Capacitação em Educação em Saúde”, no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nos termos do quadro preambular.

2. Em peça de fls. 17/17v, que compõe o Relatório para Acompanhamento e Supervisão de Convênio, o parecer técnico conclui pela não execução do objeto convenial.

3.A 6ª Controladoria de Contas de Gestão, em relatório técnico (fls. 25/26), opinou pela irregularidade das contas com a devolução integral do valor repassado, corrigido e acrescido de juros de mora, omissão no dever de prestar contas e dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico, além da aplicação de multa ao responsável pelas irregularidades apontadas. Aponto que, decorrente da defesa apresentada pela responsável (fls. 37/39), a 6ª CCG aprontou Relatório Técnico Complementar (fls. 44/47) refutando todas as alegações defensórias para ratificar o RT inicial.

4. Ministério Público de Contas, em parecer de fls. 50/51v, opinou pela irregularidade das contas em face à grave infração à norma legal ou regulamentar e desfalque, desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, com a devolução integral da quantia recebida solidariamente com a Associação de Produção dos Moradores de Capanema, além das multas pertinentes as infrações apontadas.

É o relatório.

VOTO

Da omissão do dever de prestar contas:

5. Não houve a apresentação da prestação de contas por seu responsável, cujo prazo exauriu-se em 25/03/2009, constituindo-se em omissão no dever de prestar contas nos termos do art. 158, inciso III, alínea “a” do Ato nº 063/2012 (RITCE).

de Capanema (CNPJ: 07.858.788/0001- 10). Aplico ao responsável a multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com fulcro nos arts. 82 e 83, item II da LOTCE c/c os arts. 242 e 243, item I, alínea “b” e item III, alínea “a” do RITCE a” do Ato nº 063/2012 (RITCE).

Do exame da Receita:

6. O Estado repassou ao fundo convenial a totalidade dos recursos comprometidos na ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), como se vê da cópia da ordem bancária 20080B01405 (fls. 14). Não houve contrapartida da conveniente

Do exame das despesas:

7. Nos autos não existe qualquer documento de comprovação de despesas.

Do exame da defesa:

8. A defesa alegou em sua peça defensiva que prestou contas a Asipag, que cumpriu integralmente com o objeto do convênio e que nunca teria sido notificado por qualquer órgão estadual para prestar contas, e que, portanto, decorridos mais de 05 (cinco) anos da extinção do convênio eliminou toda a documentação referente a execução do convênio.

9. Tais argumentações não procedem: a) não trouxe aos autos qualquer comprovação de ter prestado contas a Asipag e muito menos trouxe qualquer documento que afirme a execução do objeto convenial. b) a cláusula Sexta do instrumento convenial obriga à prestação de contas no prazo de 60 (sessenta) dias do termo do convênio diretamente a esta Corte, conforme regramento vigente à época, portanto, desnecessária qualquer notificação seja de quem for para a apresentação da prestação de contas, além de que, a responsável foi notificada para tal em sede da tomada de contas instaurada (fls. 20/22).

CONCLUSÃO

Tribunal de Contas do Estado do Pará

10. Por todo o exposto, e o que mais contém nos autos, decido julgar as contas de responsabilidade da Sra. Socorro Célia Barbosa do Nascimento (CPF: 166.397.312-15), em sede do convênio Asipag nº 373/2008, irregulares, com fundamento no art. 56, III, alíneas “a”, “b” e “e” da Lei Complementar nº 81/2012 (LOTCE), com a devolução da quantia de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora do período, a contar de 29/02/2008, solidariamente, com a Associação de Produção dos Moradores.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas “a”, “b” e “e” c/c os arts. 62, 82, parágrafo único e 83, inciso VIII, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1) Julgar irregulares as contas e condenar solidariamente a Sra. SOCORRO CÉLIA BARBOSA DO NASCIMENTO, Presidente à época (CPF nº 166.397.312-15) e a ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO DOS MORADORES DE CAPANEMA (CNPJ nº 07.858.788/0001-10) à devolução aos cofres públicos estaduais do valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), devidamente corrigido monetariamente a partir de 29/02/2008 e acrescido de juros até a data de seu efetivo recolhimento;

2) Aplicar a sra. SOCORRO CÉLIA BARBOSA DO NASCIMENTO, multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela instauração da tomada de contas;

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta Decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento da multa aplicada, o disposto na Lei Estadual nº 7086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº 17.492/2008.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito imputado e da cominação de multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 24 de abril de 2018.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
Relator

Presentes à sessão os Conselheiros: NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
ODILON INÁCIO TEIXEIRA
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Procuradora Geral do Ministério Público de Contas: Silaine Karine Vendramin
AJ/0100026